

FHC está disposto a adotar a bolsa-escola

ANA DUBEUX

O presidente Fernando Henrique Cardoso garantiu ao governador Cristovam Buarque que está disposto a encampar o projeto da bolsa-escola. FHC vai atender sugestão feita pelo senador José Roberto Arruda (PSDB) de conceder o benefício a famílias carentes de municípios com até 50 mil habitantes. "Acho que ainda este ano, a bolsa-escola chegará a todos os estados", acredita Cristovam, para quem o rompimento do PSDB com a sua administração não mudará em nada o relacionamento com alguns tucanos.

"O Arruda me liga sempre. Ele também ouviu do presidente a garantia de implantação do programa", comentou o governador, quinta-feira, em almoço com jornalistas. O presidente da República, segundo o governador, não entra no mérito nas questões partidárias nas conversas entre os dois. "Temos muitos outros assuntos para tratar, entre eles a bolsa-escola. Afinal, a educação é a

prioridade de nossos governos", des-conversa.

O Governo Federal custeará 50% do programa e os 50% restantes serão da responsabilidade das prefeituras municipais. Como sua proposta de emenda à Lei de Diretrizes de Bases (LDB) foi rejeitada, há alguns meses, o senador decidiu recorrer diretamente ao presidente FHC. Em correspondência ao Presidente, em meados de março, Arruda aponta as vantagens da concessão do benefício, entre elas a garantia de que a migração para os grandes centros será contida.

De acordo com o governador, o presidente fez a promessa de implantar o programa da Bolsa em recente viagem de avião que os dois fizeram de Belo Horizonte para Brasília. "Ele está entusiasmado com a idéia. E nós satisfeitos com o fato de nossa iniciativa servir de exemplo a todo o País". Segundo a proposta de Arruda, só serão consideradas famílias carentes aquelas cuja renda global seja de até um salário mínimo.

Como acontece com a bolsa-

escola idealizada na administração petista de Brasília, o programa sugerido pelo senador tucano dará direito ao benefício, as famílias com todos os filhos em idade escolar, de 7 a 14 anos, regularmente matriculados em estabelecimentos oficiais de ensino. O valor da bolsa será equivalente a 50% do valor da cesta básica de alimentos (cálculo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para cada filho matriculado, até o limite de três.

No documento ao presidente, Arruda assinala ainda que a proposta estimula universalização do ensino de primeiro grau e viabiliza um mecanismo eficaz de "renda mínima", acoplada a uma exigência de reciprocidade por parte do beneficiado. "No Brasil, nove milhões de famílias vivem no limite mínimo de sobrevivência. São mais de 30 milhões de brasileiros sem os direitos mais elementares da cidadania, como saúde, educação, habitação, alimentação e segurança".